

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 16/05/2013

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta e quatro minutos, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde, deu-se início a 4ª (quarta) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2013, com a presença dos membros: **SESAU**: Hernane Farias Monteiro/Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Estadual de Saúde; Linvalda Rodrigues Herriques de Araújo/Diretora Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde; Mísia Saldanha Figueiredo/ Diretora de Planejamento do SUS; Maria Nadir da Conceição Santos/Diretora de Atenção Primária; Morgana Martins dos Santos/Diretora do Departamento de Atenção e Promoção à Saúde; Ullanes Passos Rios/ Diretor de Vigilância e Proteção à Saúde; Ludimila Alves Monturil Barros/Diretora de Gestão do Desempenho e Regulação do Trabalho **COSEMS**: Sr. Sinvaldo dos Santos Moraes SMS de Monte do Carmo; Jair Pereira Lima, Secretário Municipal de Saúde de Piraquê; Larissa Arantes Lopes/SMS de Guaraí; Sirlene Pereira dos Santos Farias/SMS de Novo Alegre; Maria da Conceição Marinho Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis; Maria de Lourdes Amaral SMS/Miracema do Tocantins; Rui Araújo Azevedo, Secretário Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins; Roberval Paschoal de Almeida Secretário Municipal de Saúde de Ipueiras; Raimundo de Sousa Moraes/SMS de Formoso do Araguaia; Walter Balestra/SMS de Palmas e Representante da Capital. A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, abriu os trabalhos e apresentou o que segue: **ITEM 1 – Pactuação e Aprovação da Pauta**: Pauta aprovada pela plenária. **ITEM 2 – Pactuação e Aprovação das Seguintes Atas: 2.1 - Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 26 de março de 2013**: Item aprovado por unanimidade. **2.2 - Pactuação e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 18 de abril de 2013**: Item aprovado por unanimidade. **Pontos de Pauta para Apresentação e Homologação: ITEM 3 - Homologar a Resolução – CIB Nº. 030/2013, de 26 de abril de 2013, Ad Referendum que Dispõe sobre o Plano de Ação Regional da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado do Tocantins para o ano de 2013**: A expositora Sra. Solange Aparecida Clauser Marçon Técnica da Gerência de Atenção apresentou os **Componentes da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência**: Atenção Básica; Atenção Especializada em Reabilitação; Atenção de Urgência e Emergência. O Estado para o ano de 2013/2015 estará priorizando o componente da Atenção Especializada em Reabilitação. **Fluxo dos serviços atuais**; As pessoas com deficiência física, intelectual e auditiva que demandam de avaliação, reabilitação e dispensa de órtese, prótese e ou meio auxiliar de locomoção, irão: À Atenção Primária (UBS) ou Atenção Especializada (HR), ou para os Serviços de Reabilitação Física Nível Intermunicipal, e a Secretaria Municipal de Saúde deverá inserir no (SISREG) registro Estadual que encaminhará ao Centro Estadual de Reabilitação de Palmas, Araguaína, Porto Nacional e CEDRAU (Centro de Diagnóstico e Reabilitação Auditiva)

para o atendimento. O total de pessoas com deficiência nas Regiões de Saúde Araguaína, Bico do Papagaio e Cerrado Tocantins Araguaia são: Auditivos 31.203 deficientes, intelectuais 8.881 deficientes, Motora 35.313 deficientes e Visual 116.955 deficientes. O total de pessoas com deficiência nas Regiões de Saúde Capim Dourado, Cantão e Porto Nacional são: Auditivo 21.903 deficientes, intelectual 5.844 deficientes, Motora 23.082 deficientes e Visual 88.299 deficientes. O total de pessoas com deficiência nas Regiões de Saúde Ilha do Bananal e Dianópolis é: Auditivo 12.926 deficientes, intelectual 3.539 deficientes, Motora 14.658 deficientes e Visual 46.856 deficientes. "A Rede que queremos" seria ampliar o espaço físico do Centro Estadual de Reabilitação Física (alta complexidade e ostomizados) do município de Araguaína e a aquisição de equipamentos para adequá-lo a tornar (habilitar) um CER II (Centro Especializado em Reabilitação) com modalidade de serviços: físico e visual. Este será referência para toda a região Norte do Estado do Tocantins, ou seja, para as regiões de saúde de Araguaína, Bico do Papagaio e Cerrado Tocantins Araguaia. "A Rede que queremos" compreende a proposta de habilitar o Centro Estadual de Reabilitação de Palmas em Centro Especializado em Reabilitação - CER II (físico e intelectual). Este será referência para a região de saúde Capim Dourado, Cantão e Porto Nacional. Posteriormente ampliaremos o espaço físico e realizaremos a aquisição de equipamentos para adequá-lo e habilitá-lo em um CER IV (Centro Especializado em Reabilitação física, intelectual, auditivo e visual além dos ostomizados). O CEDRAU (Centro de Diagnóstico e Reabilitação Auditiva) que é um serviço de Saúde Auditiva em alta complexidade do Estado do Tocantins, em funcionamento desde março de 2006 no Hospital Geral Público de Palmas (HGPP) ele será retirado do hospital e passará ao CER IV, para que fique em um só local a prestação dos serviços de reabilitação. Este será referência para todo o Estado do Tocantins. "os serviços que possuímos no nas regiões de saúde Ilha do Bananal e Dianópolis. "A Rede que queremos" seria a construção do CER II (físico e intelectual) em Gurupi. O município terá que entrar com a contrapartida da área para a construção deste CER II. Este será referência para a região sul do Estado. O cálculo dos recursos relacionados foi realizado considerando a Portaria GM/MS nº 793/12 e a Portaria GM nº 835/12; e As necessidades das Regiões de Saúde de Araguaína, Capim Dourado e Ilha do Bananal. **Na planilha de prioridades para Palmas temos:** Habilitar o Centro Estadual de Reabilitação de Palmas – CER II (Físico e Intelectual), com meta de implantar os serviços de reabilitação física e intelectual para o ano de 2013, com recursos do Ministério da Saúde para o custeio de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil Reais) mensais. Solicitar a ampliação do espaço físico e a compra de equipamentos para o CER II de Palmas tornando-o em CER IV, implantado o serviço visual e auditivo, para os anos 2013/2014, com recurso do Ministério da Saúde para a ampliação de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de Reais) e para equipamentos R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de Reais). Habilitar o CER II de Palmas em CER IV para serviços de referência às pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva e visual, para o período de 2013 a 2015 com recursos do Ministério da Saúde para o custeio de

R\$ 345.000,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil Reais) mensais. **Na planilha de prioridades para Araguaína temos:** Solicitar ampliação do espaço físico do Centro Estadual de Araguaína para adequá-lo em um CER II, para implementar o serviço visual e implementar o físico para os anos de 2013 e 2014, com recurso do Ministério da Saúde para a ampliação de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de Reais). Solicitar a compra de equipamentos para o CER II de Araguaína implementando o serviço visual e implementando o físico para o ano de 2013, com recurso do Ministério da Saúde para equipamentos no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de Reais). Habilitar o CER II de Araguaína para os serviços de referência para pessoas com deficiência física e visual, para o período de 2013 a 2015 com recursos do Ministério da Saúde para o custeio de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil Reais) mensais. **Na planilha de prioridades para Gurupi temos:** Solicitar a construção e compra de equipamentos para o CER II de Gurupi, para implementar o serviço físico e intelectual, para os anos de 2013 e 2014, com recursos do Ministério da Saúde para a construção de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil Reais) e para equipamentos R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de Reais). Habilitar o CER II de Gurupi para o serviço de referência para pessoas com deficiência física e intelectual para o ano de 2015, com recursos do Ministério da Saúde para o custeio de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil Reais) mensais. A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, colocou os dois itens em questionamento e não havendo os mesmos foram aprovados por unanimidade. **ITEM 4 Homologar as seguintes propostas da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins CIES/CIB-TO: ITEM 4.1 - Consenso CIES/CIB-TO N.º. 06/2013, de 19 de abril de 2013, que Dispõe sobre a Proposta do Calendário Anual de Reuniões da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins – CIES/CIB-TO para o ano de 2013; ITEM 4.2 - Consenso CIES/CIB-TO N.º. 08/2013, de 19 de abril de 2013, que Dispõe sobre a Repactuação de parte do Recurso referente ao Curso de Planejamento em Saúde Bucal para o Plano de Redução da Mortalidade Infantil – PEP 2009; ITEM 4.3 - Consenso CIES/CIB-TO N.º. 09/2013, de 19 de abril de 2013, que Dispõe sobre a Proposta para Curso de Reações Adversas aos Medicamentos (RAM's) aplicados em Urgência e Emergência: Consenso CIES/CIB-TO N.º. 10/2013, de 19 de abril de 2013, que Dispõe sobre a Adesão da Universidade Federal do Tocantins – UFT ITEM 4.4; – Consenso CIES/CIB-TO N.º. 10/2013, de 19 de abril de 2013, que Dispõe sobre a Adesão da Universidade Federal do Tocantins – UFT – à Rede Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde – UNASUS. ITEM 4.5 Consenso CIES/CIB-TO N.º. 11/2013, de 19 de abril de 2013, que Dispõe sobre Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET/Saúde/Redes de Atenção à Saúde 2013/2015 apresentado pelo Universidade Federal do Tocantins – UFT; ITEM 4.6 Consenso CIES/CIB-TO N.º. 12/2013 de 19 de abril de 2013. Dispõe sobre a Realocação de Recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a**

127 **Saúde – PROFAPS e Plano de Educação Permanente – PEP:** A Secretária de
128 Estado da Saúde e Presidente da CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, fez a
129 apresentação dos consensos acima colocou os itens em questionamento, não
130 havendo os mesmos foram homologado por unanimidade. **Pontos de Inclusão de**
131 **Pauta para Pactuação e Aprovação: ITEM 5 - Pactuação e aprovação das**
132 **seguintes propostas da Diretoria de Controle, Avaliação e Auditoria:** ITEM 5.1 –
133 Formulário para Revisão da Programação Pactuada e Integrada da Assistência –
134 PPI/2013; Expositora Sra. Simone Rios Luz, Técnica da Diretoria de Controle,
135 Avaliação e Auditoria, fez a apresentação do formulário, que deverá ser preenchido e
136 assinado pelo Gestor do município solicitante, pelo Gestor do município detentor e
137 pelo Gestor do município Receptor e deverá ser encaminhado a CIB que
138 providenciará o envio do mesmo para a área técnica. ITEM 5.2 Cronograma de
139 solicitações de Remanejamento da Nova Programação Pactuada e Integrada da
140 Assistência – PPI para o período de maio a dezembro do ano de 2013: Expositora
141 Sra. Simone Rios Luz, Técnica da Diretoria de Controle, Avaliação e Auditoria, fez a
142 apresentação do cronograma informando que o mesmo está estipulando o prazo para
143 entrega na Secretaria Executiva da CIB, o prazo da Secretaria Executiva enviar para a
144 Diretoria de Controle, Avaliação e Auditoria fazer a análise e o prazo da diretoria
145 enviar para a CIB novamente para encaminhar à plenária, A Secretária de Estado da
146 Saúde e Presidente da CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, colocou os dois itens
147 em questionamento e não havendo os mesmos foram aprovados por unanimidade.
148 **ITEM 6 - Pactuação e aprovação da implantação/construção de 1 (uma) Unidade**
149 **de Pronto Atendimento (UPA 24h) Regional, no âmbito do Programa de**
150 **Aceleração do Crescimento, porte I, no município de Paraíso do Tocantins,**
151 **conforme Portaria GM/MS Nº. 616, de 16 de abril de 2013: ITEM 7 - Pactuação e**
152 **aprovação da implantação/construção de 1 (uma) Unidade de Pronto**
153 **Atendimento (UPA 24h) Regional, no âmbito do Programa de Aceleração do**
154 **Crescimento, porte I, no município de Dianópolis, conforme Portaria GM/MS Nº.**
155 **616, de 16 de abril de 2013: ITEM 8 - Pactuação e aprovação da**
156 **implantação/construção de 1 (uma) Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h)**
157 **Regional, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, porte I, no**
158 **município de Guaraí, conforme Portaria GM/MS Nº.616, de 16 de abril de**
159 **2013:ITEM 9 - Pactuação e aprovação da implantação/construção de 1 (uma)**
160 **Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) Regional, no âmbito do programa de**
161 **Aceleração do Crescimento, porte I, no município de Tocantinópolis, conforme**
162 **Portaria GM/MS Nº. 616, de 16 de abril de 2013. ITEM 10- Pactuação e aprovação**
163 **da implantação/construção de 1 (uma) Unidade de Pronto Atendimento (UPA**
164 **24h) Regional, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, porte I,**
165 **no município de Augustinópolis, conforme Portaria GM/MS Nº. 616, de 16 de**
166 **abril de 2013:** A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, Sra. Vanda
167 Maria Gonçalves Paiva, antecipou o item 17 desta pauta para que a Sra. Eliane
168 Grossmann Coordenadora do Sistema Estadual de Urgência e Emergência fizesse os

169 devidos esclarecimentos sobre os itens acima a mesma informou que o Ministério da
170 Saúde através da portaria MS Nº 342 de março de 2013, redefine as diretrizes para
171 implantação do componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto
172 de serviços de urgência 24 h. não hospitalares da Rede de Atenção às Urgências e
173 Emergências (RUE), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às
174 Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h
175 (UPA Nova) e UPA 24h ampliado (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de
176 custeio mensal. O incentivo financeiro de investimento destinado à UPA Nova
177 observará os portes definidos nos termos do Anexo I, na seguinte gradação: UPA
178 Nova Porte I que tinha recurso de incentivo financeiro de investimento no valor de R\$
179 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), passou a ser de R\$ 2.200.000,00
180 (Dois milhões e duzentos mil Reais). Sra. Eliane Grossmann salientou ainda que o
181 Ministério da Saúde de forma verticalizada fez uma análise para novas implantações
182 utilizando os critérios populacionais e o papel regional, pois a Presidente tem uma
183 meta de construir 225 (Duzentos e vinte e cinco) unidades até o ano que vem, por
184 esse motivo o curto prazo para a apresentação das propostas, não havendo com isso
185 tempo para as mesmas serem discutidas nas Comissões Intergestores Regionais
186 (CIR) e o município que não se habilitasse somente poderia pleitear uma UPA no ano
187 de 2015. Informou ainda que as UPAs são muito úteis aos municípios e regiões, mas
188 para tomar cuidado com o elevado custo de manutenção. Sr. Sinvaldo dos Santos
189 Moraes SMS de Monte do Carmo e Presidente do Conselho de Secretários Municipais
190 de Saúde (COSEMS) informou que na previa do COSEMS foi discutido a Portaria
191 GM/MS Nº. 616, de 16 de abril de 2013 e que os 05 (cinco) municípios e suas
192 Regionais foram a favor da aprovação das UPAs. A Secretária de Estado da Saúde e
193 Presidente da CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva informou que a maioria dos
194 Estados não estão entrando com a contra partida para a manutenção das UPAs, mas
195 que o Estado do Tocantins iria participar com os 25% (Vinte e cinco por cento)
196 estipulados. Que o mesmo é a favor das UPAs, mas que não poderia ceder
197 profissionais, pois já está quase ultrapassando o limite legal de gastos com pessoal,
198 ou seja, atingiu 49,5% (Quarenta e nove vírgula cinco por cento). Enfatizou ainda que
199 é um projeto que demorará para ser implantado não ocorrendo este ano, solicitara os
200 recursos da contra partida no orçamento para o ano de 2014, mostrou a preocupação
201 de os municípios terem condições de participar com a parcela de 25% (Vinte e cinco
202 por cento) do custeio, pois a UPA terá Raio X e Laboratório de Análises Clínicas no
203 período de vinte e quatro horas diárias e ainda da dificuldade com médicos pois serão
204 02 (Dois) profissionais vinte e quatro horas por dia. Posicionou-se a favor das UPAs,
205 mas lembrou o caso de Crixás que teve uma UPA aprovada de forma (desculpou-se
206 com a plenária) irresponsável. Reafirmou novamente que o estado entraria com os
207 25% (Vinte e cinco por cento) mas não vai ceder Funcionários. Na manifestação dos
208 municípios contemplados com UPA, a Sra. Larissa Lopes Secretária Municipal de
209 Saúde de Guaraí expôs a necessidade, mas devido ao curto prazo, não ter tido uma
210 reunião com o Prefeito Municipal para discutir a possibilidade não iria aderir ao

projeto. Rui Araújo Azevedo, Secretário Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins permanece com a proposta, mas cobrou a participação dos entes confederados. Maria da Conceição Marinho Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis também manifestou-se pela permanência da proposta e ainda como representante do município de Augustinópolis pois já Havia feito contato com o Secretário de Saúde Sr. Yatha Anderson Pereira Maciel que também se manifestou pela permanência da proposta de Augustinópolis. Ficou com uma ressalva para o município de Guaraí que só se habilitaria após consulta ao Ministério da Saúde para informação quanto à devolução do recurso caso o Prefeito do município não aceitasse o investimento. A presidente colocou ainda que as UPAS seriam mais um equipamento de Saúde que juntamente com Centro de Especialidades Ambulatoriais vira fortalecer a saúde das regiões e ainda incentivou a criação dos consórcios inter municipais e criar as Fundações Públicas de Direito Privado certificando as mesmas no Ministério da Saúde para conseguir isenção do INSS patronal e ainda solicitou aos Secretários Municipais da Regionais de Saúde a montar as referidas Fundações. A mesma pos os itens em questionamento, não havendo os mesmos foram aprovados por unanimidade. ITEM

11 - Pactuação e aprovação das seguintes propostas da Diretora Geral de Atenção e Promoção à Saúde/Gerência de Saúde Mental: ITEM 11.1 - Execução da Complementação do Recurso Estadual e o Financiamento do Elenco de Referência de Medicamentos da Saúde Mental dispensados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) I, II, Infantil, AD II e AD III do Estado do Tocantins;

A Gerente de Saúde Mental, Sra. Ester Maria Cabral fez a Solicitação de aprovação do Elenco de Referência de Medicamentos da Saúde Mental dispensados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Estado o Tocantins. O Recurso de R\$ 400.000,00, (Quatrocentos mil Reais), destinado a aquisição exclusiva dos medicamentos constantes nos grupos dos Anticonvulsivantes, Antidepressivos, Antipsicóticos e ansiolíticos que serão distribuídos conforme população de abrangência do serviço, aos municípios que possuem serviço de saúde mental. Os recursos financeiros serão transferidos do Fundo Estadual de Saúde para os respectivos Fundos Municipais de Saúde em parcela única anual. O recurso pertencente aos municípios que não possuem serviço de saúde mental será repassado aos municípios que ofertarem o serviço de forma regionalizada, sendo que os últimos deverão atender aos usuários referenciados. A Secretaria Estadual de Saúde ficará responsável pela execução do recurso financeiro destinado ao CAPS de Araguaína, ficando responsável pela aquisição e distribuição dos medicamentos aos serviços. O repasse anual do recurso financeiro aos municípios fica condicionado ao envio dos relatórios trimestrais ou dos relatórios emitidos pelo Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica – HÓRUS, comprovando a aplicação do recurso; Os recursos per capta de que trata esta Pactuação são calculados sobre a população IBGE 2010; É de responsabilidade de todas as 139 Secretarias Municipais de Saúde o fornecimento dos medicamentos elencados na Portaria GM/MS Nº. 4.217/2010 para os pacientes com transtornos mentais, que estiverem em acompanhamento na

Atenção Básica e/ou que forem referenciados para ambulatórios Os pré-requisitos para recebimento de recursos financeiros oriundos do Estado para aquisição de medicamento pelos municípios para os CAPS são: 1º Municípios com serviços de saúde mental segundo critérios da legislação vigente. (Lei nº 10.216/01; Portarias GM nº 4.217 /10; SAS nº 224/91; GM nº 336/ 02; GM nº 189/02); 2º Ter farmacêutico responsável pelo serviço (Portaria SVS/MS nº344/98 e a Lei nº 5.991/73); 3º Comprometer-se a aplicar os recursos financeiros somente na compra dos medicamentos padronizados, conforme o termo de convênio; 4º Dispensar os medicamentos prescritos aos pacientes acompanhados pelos CAPS nos planos intensivo, semi-intensivo e não-intensivo; Para a aquisição dos medicamentos, sugere-se aos municípios que formem consórcios intermunicipais com o intuito de comprar pelo menor preço, podendo estes utilizarem também a Ata de Registro de Preço Estadual, previamente articulado com a Diretoria de Assistência Farmacêutica. Os valores ficaram assim distribuídos: Araguatins R\$ 36.240,00 (Trinta e seis mil duzentos e quarenta Reais), Araguaína R\$ 75.360,00 (Setenta e cinco mil trezentos e sessenta Reais), Colinas do Tocantins R\$ 42.280,00 (Quarenta e dois mil, duzentos e oitenta Reais), Dianópolis R\$ 11.600,00 (Onze mil e seiscentos Reais), Gurupi R\$ 44.320,00 (Quarenta e quatro mil, trezentos e vinte Reais), Formoso do Araguaia R\$ 5.320,00 (Cinco mil trezentos e vinte Reais), Palmas R\$ 87.520,00 (Oitenta e sete mil, quinhentos e vinte Reais), Paraíso do Tocantins R\$ 33.400,00 (Trinta e três mil e quatrocentos Reais), Porto Nacional R\$ 29.640,00 (Vinte e nove mil, seiscentos e quarenta Reais), Taguatinga R\$ 15.160,00 (Quinze mil, cento e sessenta Reais), Tocantinópolis R\$ 19.160,00 (Dezenove mil, cento e sessenta Reais), totalizando o Valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil Reais). Sr. Sinvaldo dos Santos Moraes SMS de Monte do Carmo, questionou sobre o medicamento diazepam se o mesmo havia retornado, pois havia sido retirado do grupo de medicamentos, foi informado pela expositora que sim havia retornado. **ITEM 11.2 - Execução e o Financiamento de contrapartida Estadual para custeio dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Regionais do Estado do Tocantins no ano de 2013:** A Gerente de Saúde Mental, Sra. Ester Maria Cabral fez a apresentação conforme segue: MARCO LEGAL: LEI 8080 LEI 10.216 / 2001 DECRETO 7.508 /2011 Portaria GM/MS 3088 de 26/12/2011 Portaria GM/MS 3089 de 26/12/2011. Os pré-requisitos são: 1º Ter CAPS implantado, homologado pelo Ministério da Saúde, e em funcionamento, em conformidade com a legislação vigente, e de acordo com as exigências e orientações das Portarias GM 336, 189, 3088, 3089; 2º. Comprometer-se a aplicar os recursos financeiros em custeio do CAPS, no ano em exercício; 3º Envio de prestação de contas ao Fundo Estadual de Saúde à Gerencia Técnica de Saúde Mental no final do exercício; 4º O não cumprimento do item 3º implica na suspensão de futuros recebimentos dos recursos financeiros repassados pelo Estado para custeio dos CAPS. Os recursos a serem repassados em parcela única anual são: para o CAPS I R\$ 84.915,00 (Oitenta e quatro mil, novecentos e quinze Reais), CAPS II R\$ 99.258,75 (Noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e oito Reais e setenta e cinco

centavos) e para o CAPS AD III R\$ 236.400,00 (Duzentos e trinta e seis mil e quatrocentos Reais). Que poderão ser gastos nos seguintes elementos e despesa; (14) Diárias Civil, (30) Material de Consumo, (32) Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, (33) Passagens e Despesas com Locomoção, (35) Serviços de Consultorias, (36) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, (39) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e (52) Equipamentos e Material Permanente. O Sr. Walter Balestra/SMS de Palmas, argumentou sobre a compra de veículos dentro do elemento de despesa Equipamentos e Material Permanente, a expositora informou de que poderia. Maria da Conceição Marinho Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis solicitou a informação de que se está aprovado o CAPS II para o município de Araguatins, a Gerente de Saúde Mental, Sra. Ester Maria Cabral informa que sim e que com a nova proposta ira para CAPS AD III. O Sr. Rui Araújo Azevedo, Secretário Municipal de Saúde de Paraíso solicitou a informação de quando será creditado o recurso para a compra dos medicamentos, O Sr. Hernane Farias Monteiro/Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Estadual de Saúde informou aos municípios para que procurem a Diretoria de Convênios e Fundos que informará qual a documentação e a data da referida transferência. **ITEM 11.3- Implantação da Rede de Atenção Psicossocial do Tocantins (RAPS-TO) nas Regiões de Saúde de Bico do Papagaio, Amor Perfeito e Cerrado Tocantins Araguaia:** A Gerente de Saúde Mental, Sra. Ester Maria Cabral, informa que já existem os consensos assinados pela CIR das Regiões de Saúde, após começou a apresentação informando os marcos legais que seriam a LEI 8080, a LEI 10.216 / 2001, o DECRETO 7.508 /2011, a Portaria GM/MS 4.279 de 30/12/2010, a Portaria GM/MS 3088 de 26/12/2011 e a Portaria GM/MS 3089 de 26/12/2011. A missão da RAPS-TO é Promover a Atenção Psicossocial no Estado do Tocantins, de forma articulada e efetiva com a participação intersetorial, viabilizando o acesso universal da população ao cuidado em Saúde Mental, Álcool, Crack e outras drogas, com base nos princípios do SUS. Informou que os componentes da Rede de Atenção Psicossocial - TO são Atenção Básica em Saúde: Unidade Básica de Saúde, Núcleo de Apoio a Saúde da Família; Equipes Matriciais, Atenção Psicossocial Estratégica: Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades; Atenção de Urgência e Emergência: SAMU 192, Sala de Estabilização, UPA 24 horas e portas hospitalares de atenção à urgência/pronto socorro, Unidades Básicas de Saúde; Atenção Residencial de Caráter Transitório: Unidade de Acolhimento Adulto – UAA, Unidade de Acolhimento Infantil–UAI; Atenção Hospitalar: Enfermarias especializadas em Hospitais Gerais, Serviço Hospitalar de Referência para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas; Estratégias de Desistitucionalização: Serviços Residenciais Terapêuticos; Estratégias de Reabilitação Psicossocial: Iniciativas de Geração de Trabalho e Renda, Empreendimentos Solidários e Cooperativas Sociais. Na Região Bico do Papagaio os Serviços já existentes são: Vinte e Três Equipes Matriciais, dois CAPS I em Araguatins e Tocantinópolis e Uma Residência Terapêutica em Araguatins, e os serviços a serem

337 abertos com o Consenso na CIR são: Um CAPS III em Araguaatins, um CAPS AD III
338 em Augustinópolis, uma UAA - Unidade de Acolhimento Adulto em Augustinópolis, um
339 CAPS I em Buriti do Tocantins, um CAPS II em Ananás, quatro Leitos no Hospital
340 Geral em Augustinópolis, dois Leitos no Hospital Geral em Tocantinópolis e dois
341 Leitos no Hospital Geral em Araguaatins. O repasse de recursos se dará na forma
342 Tripartite, ou seja, Ministério da Saúde 50% (Cinquenta por cento), Estado 25% (Vinte
343 e cinco por cento), Município sede 25% (Vinte e cinco por cento) e os municípios da
344 Região também ratearão mais 25% (Vinte e cinco por cento) e ainda se esta
345 procurando uma formula de os municípios repassarem os recursos ao município sede.
346 Na Região do Cerrado Tocantins Araguaia já existem os serviços de vinte equipes
347 Matriciais na Atenção Básica, um CAPS I em Colina do Tocantins e dois Leitos no
348 Hospital Geral em Colinas do Tocantins, os serviços a serem abertos com o consenso
349 na CIR são: Quatro Leitos no Hospital Geral de Guaraí, quatro Leitos no Hospital
350 Geral de Pedro Afonso, quatro Leitos no Hospital Geral de Colinas do Tocantins, um
351 CAPS I em Pedro Afonso, um em Pequizeiro e um em Guaraí, transformar o CAPS I
352 em CAPS II no município de Colinas do Tocantins, um CAPS AD III em Colinas do
353 Tocantins e uma UAA também em Colinas do Tocantins. O repasse de recurso se
354 dará na mesma forma do que na Região do Bico do Papagaio. Região Amor Perfeito,
355 os serviços serão todos sediados em Porto Nacional que atenderá toda a Região. Os
356 serviços já existentes são: Um CAPS II em Porto Nacional e os serviços a serem
357 implantados são: Cinco Leitos no Hospital Geral de Porto Nacional, um CAPS AD III
358 em Porto Nacional, uma AAA em Porto Nacional e um CAPS I também em Porto
359 Nacional. O repasse de recurso se dará na mesma forma do que o das outras
360 Regiões. A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, Sra. Vanda Maria
361 Gonçalves Paiva lembrou que o sistema do Ministério da Saúde já esta aberto para as
362 propostas para construção dos CAPS, e após os municípios formalizarem as
363 propostas é para encaminharem uma copia para a Secretária que a mesma marcará
364 uma audiência com o Ministro da Saúde para a imediata liberação dos recursos. A
365 Sra. Ester Maria Cabral informou que em contato com a Engenharia Biomédica
366 solicitou para que a mesma fizesse um projeto arquitetônico que serviria como padrão
367 todos os municípios habilitados. A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da
368 CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, colocou os itens em questionamento não
369 havendo os mesmos foram aprovados por unanimidade. **ITEM 12 - Pactuação e**
370 **Aprovação do Remanejamento de Tetos Físicos e Financeiros municipais na**
371 **Programação Pactuada e Integrada da Assistência (PPI) do Estado do Tocantins**
372 **do ano de 2013: :** O Sr. Carlos Alexandre Cunha Gestor em Saúde e Técnico da
373 DCAA, informou que tratava-se de remanejamento de teto de procedimentos de
374 Palmas para Porto Nacional, onde a área técnica analisou e concluiu baseado na
375 capacidade instalada e no número de profissionais cadastrados, com isso uns foram
376 aprovados e outros não. Informou ainda que parte dos procedimentos ficaram compor
377 o teto dos Hospitais atenderem as Urgência. Ainda informou que para cada
378 desaprovação existe uma justificava expondo qual o motivo, mas que a maioria é

379 devido ao não cadastramento dos profissionais. O Sr. Walter Balestra/SMS de Palmas
380 questionou se os procedimentos foram tirados do Hospital, a resposta foi de que os
381 procedimentos que permaneceram foram os que na pactuação ficaram sob a
382 responsabilidade do Estado e os que foram retirados pertenciam ao teto do município
383 de Palmas, Sr Walter Balestra questionou sobre o povoado Luzimangues que esta
384 próximo a Palmas, mas pertence ao município de Porto Nacional, e que não iria
385 atender a população do referido povoado. O Sr. Silvio Marcos De Oliveira Lira
386 Secretário Executivo de Porto Nacional informou que estão tomando esse
387 procedimento devido à grande demanda reprimida nos referidos procedimentos e que
388 quanto ao Povoado de Luzimangues irão credenciar uma Clínica em Palmas para
389 atendimento a aquela população. A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da
390 CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva informa que os procedimentos que não foram
391 aprovados somente serão repassados quando estiverem corretos e com parecer
392 favorável, colocou os itens em questionamento não havendo os mesmos foram
393 aprovados por unanimidade. **ITEM 13 - Pactuação e Aprovação da Proposta**
394 **Estadual de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de**
395 **Pequena e Média Complexidade no Estado do Tocantins:** A Secretaria de Saúde e
396 Presidente da CIB Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, fez a apresentação, colocando
397 em exposição os itens de BASES LEGAIS: PORTARIA Nº 958, DE 15 DE MAIO DE
398 2008 Redefine a Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média
399 Complexidade. PORTARIA Nº 553, DE 03 DE OUTUBRO DE 2008 Redefine o
400 instrumento de registro dos procedimentos cirúrgicos eletivos em Autorização de
401 Procedimentos de Alto Custo/Complexidade (APAC) e Autorização de Internação
402 Hospitalar (AIH). PORTARIA/GM Nº 1.340 DE 29 DE JUNHO DE 2012 Define a
403 estratégia de aumento do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do
404 Sistema Único de Saúde (SUS) que passará a contar com três componentes, com
405 financiamento específico, visando superar as desigualdades de acesso e a garantia da
406 integralidade de atenção à saúde. O Programa CEMECO tem o objetivo de
407 acompanhar e monitorar a produção dos hospitais da rede municipal e estadual em
408 cirurgias eletivas de pequena e média complexidade, estimulando o aumento do
409 número de procedimentos, que, além de atender uma necessidade específica da
410 população, permite que os recursos federais destinados para esse fim sejam cada vez
411 mais aplicados nos serviços municipais, com objetivo de suprir as necessidades da
412 população. Garantir aos usuários do SUS no Tocantins o aumento do acesso a uma
413 assistência qualificada na área de cirurgias eletivas; OS OBJETIVOS: Reduzir as
414 desigualdades regionais e por especialidade ao acesso dos procedimentos cirúrgicos
415 eletivos. Alocar recursos adicionais para os Componentes Criando estratégias para
416 incrementar a produção de cirurgias eletivas nos hospitais municipais, com otimização
417 dos leitos cirúrgicos; Atender a demanda reprimida das cirurgias eletivas em forma de
418 mutirão em virtude da não disponibilidade de leitos em Hospitais de Referência
419 Estadual habilitados; Garantir o acesso da população às cirurgias eletivas; Aperfeiçoar
420 os fluxos (referência e contra referência) entre os diversos níveis de atenção do

sistema municipal da saúde; PROPOSTA ESTADUAL DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS – 2013: A proposta contemplará os 139 municípios do estado, com previsão de 07 (sete) meses para a sua execução, compreendendo as competências de maio a junho/2013. A meta física será de 9.961 procedimentos cirúrgicos eletivos, com aumento percentual de 81% dos procedimentos realizados no período de janeiro a agosto/2012. PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS CONTEMPLADOS NA PROPOSTA: I - Programa de Combate às Causas Prevalentes de Cegueira; II - Programa de Redução de Agravos em Otorrinolaringologia; III - Programa de Ampliação de Acesso a Herniorrafias; IV - Programa de Incremento de Cirurgias Relacionadas à Saúde da Mulher; V - Programa de Ampliação de Acesso às Cirurgias Eletivas em Especialidades Diversas. Todos os pacientes serão devidamente regulados via SISREG, o atendimento ambulatorial pré-operatório será feito pelo cirurgião que realizará o ato cirúrgico e será acompanhado no seu pós-operatório pelo médico da unidade hospitalar que executará a cirurgia sendo este o auxiliar cirúrgico. Todos os exames pré-operatórios serão realizados nos municípios que ocorrerão as cirurgias A Secretaria de Estado da Saúde ofertará todos os medicamentos, materiais, instrumentais e suporte necessário a cada unidade ofertante dos procedimentos. As referidas cirurgias serão realizadas por profissionais cirurgiões cadastrados e habilitados em hospitais Estaduais, que a título de faturamento Hospitalar, será realizado através do CNES destas Unidades, o que propiciará um aumento significativo no número de Eletivas faturadas nestas unidades. OPERACIONALIZAÇÃO: TERMO DE ADESÃO A Secretaria de Estado firmará um Termo de Adesão com os Hospitais, Prestadores de serviços que aderirem ao programa e com anuência do Gestor Municipal. A adesão de prestadores sediados em municípios com gestão do sistema, não caracteriza a quebra do comando único, e visa tão somente em auxiliar na organização do acesso aos serviços. A Secretaria de Estado está criando um incentivo à realização dos procedimentos eletivos com base no porte cirúrgico do procedimento de: 80 % da tabela CBHPM O incentivo ora criado atende o contido no Art.5º da Portaria GM/MS 1340, devendo os prestadores proceder à divisão do incentivo com os profissionais conforme o § 2º do referido artigo. RELAÇÃO DE HOSPITAIS que foram habilitados para os procedimentos; MUNICIPAIS: Pium, Peixe, Itaguatins, Axixá, Formoso do Araguaia, Rio Sono, Tocantinópolis, Divinópolis, Cristalândia, Santa Fé, Colinas, Ananás e Filadélfia. ESTADUAIS: Paraíso do Tocantins, Guaraí, Miracema, Alvorada, Arraias, Dianópolis e Arapoema. QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS: Hospitais Municipais: serão atendidas nos finais de semana, 10 cirurgias/dia, Hospitais Estaduais: serão atendidas em 03 dias na semana. A Expositora informou ainda que em contato com o Ministério Público ficou acordado que será divulgada a lista não com o nome mas sim com o número do cartão SUS dos usuários cadastrados para a cirurgia e que o Ministério Público fará a consulta à esta lista antes de expedir os mandatos. Informou ainda que já acertou com os médicos Cardiologistas para os mesmos irem até os municípios para fazer os exames pré-operatórios nos municípios. Salientou ainda que os

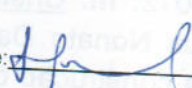
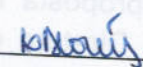
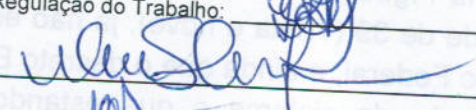
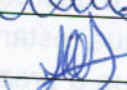
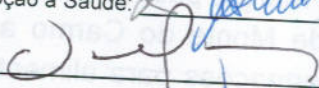
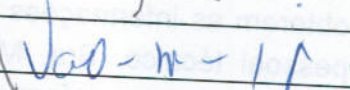
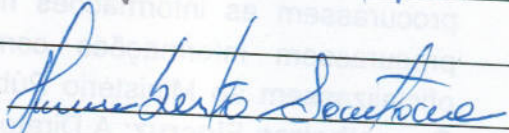
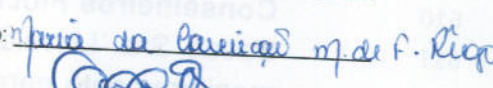
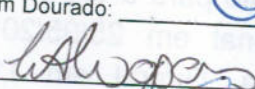
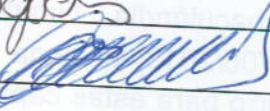
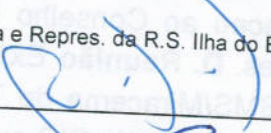
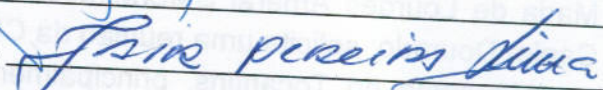
municípios que não cadastraram seus hospitais ainda poderão fazê-lo, basta oficializar a Secretaria Estadual de Saúde do interesse que a mesma providenciara um médico Cirurgião para fazer a devida avaliação das condições do hospital daquele município. Sr. Sinvaldo dos Santos Moraes SMS de Monte do Carmo informou que pela parte da manhã já havia sido discutido o assunto e que após a apresentação da Secretária Tocantinópolis questionou sobre como seria rateado o recurso pelo cirurgião e o auxiliar e se o auxiliar necessariamente teria que ser cirurgião. Morgana Martins dos Santos/Diretora do Departamento de Atenção e Promoção à Saúde informou que o rateio seria um acordo entre os médicos envolvidos (Cirurgião e Auxiliar), e que o médico que não é cirurgião poderá auxiliar sim desde que haja a concordância do Cirurgião. O Sr. Raimundo de Sousa Moraes/SMS de Formoso do Araguaia questionou como receberia o médico que não tem vínculo com o Estado, A Secretária de Saúde Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva respondeu que nesse caso o auxiliar seria um médico que faz parte da equipe do Cirurgião, após colocou o item em questionamento não havendo os mesmos foram aprovados por unanimidade. **ITEM 14- Pactuação e aprovação do Projeto Atividade de Tutoria para o Estado do Tocantins: Pontos de Inclusão de Pauta para Apresentação e Homologação:** A Secretária de Saúde e Presidente da CIB Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, solicitou a enfermeira do CNCDO Sra. Ana Cristina Selma Guereiro para fazer a apresentação, que começou informando que somente o Estado do Tocantins e o de Roraima não possuem o programa de Transplantes. E ainda informou que o programa é do Ministério da Saúde e que o mesmo pretende até 2015 atingir a meta que é de todos os Estados Confederados estarem fazendo a captação e o Transplante de órgãos. E que é uma parceria com a Fundação Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo – FMUSP/SP, parceria esta de 02 (dois) anos que após será avaliado, esta tutoria antigamente não era financiada pelo Ministério da Saúde e por ter custos elevados inviabilizava os estados a aderirem, informou ainda que atualmente o Ministério da Saúde disponibilizou um recurso de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil Reais) para o estado do Tocantins implantar o projeto de Tutoria e que a partir do ano de 2013 até o ano de 2015, começando com o Hospital Geral de Palmas e posteriormente estendendo-se para o Hospital Regional de Araguaína e o Hospital Regional de Gurupi. Informou ainda que a tutoria será executada a partir das seguintes ações: Capacitação e ou atualização de profissionais (médicos, biomédicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares), para atuarem no processo captação/transplante; Curso de implantação das Organizações de Procura de Órgãos para profissionais da área da saúde e que componham futuras Organizações de Procura de Órgãos, conforme diretriz nacional, bem como auxiliar a implantação de Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes; Capacitação em extração de múltiplos órgãos e tecidos; Cursos teóricos e treinamentos práticos para membros da CNCDO, Banco de Olhos e equipes transplantadoras de córnea do Estado tutorado em São Paulo e prática monitorada em Palmas; Capacitação de

médicos urologistas, nefrologistas, anestesistas, enfermeiros integrantes da equipe tocantinense para realizarem transplante de rim (doadores vivos e falecidos), por meio de treinamentos teóricos e práticos no Hospital das Clínicas da USP e visitas da equipe tutora do HC/USP ao Tocantins para acompanhar, monitorizar e realizar juntamente com as equipes locais, cirurgias de transplante de rim, tratamentos ambulatoriais e pós-transplante, após autorização dada pelo Ministério da Saúde. E que os gestores do projeto farão periodicamente acompanhamento do resultado das ações. Salientou ainda que os pacientes do Tocantins que estão em lista de Espera para transplante em outros Estados serão transferidos para a lista do Tocantins. A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, colocou o item em questionamento não havendo o mesmo foi aprovado por unanimidade. **ITEM 15 - Homologar as seguintes propostas da Diretoria de Controle, Avaliação e Auditoria:** **ITEM 15.1 - Portaria GM/MS Nº. 680, de 24 de abril de 2013, que Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, para confecção de prótese dentária nos laboratórios regionais;** **ITEM 15.2 - Portaria GM/MS Nº. 681, de 24 de abril de 2013, que Concede ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Araguaína a adesão à Rede de Cuidados à pessoa com Deficiência e define os valores adicionais dos incentivos financeiros destinados ao custeio mensal;** **ITEM 15.3 - Portaria GM/MS Nº. 653, de 22 de abril de 2013, que Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, que habilita leitos de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINca);** **ITEM 15.4 - Portaria GM/MS Nº. 701, de 26 de abril de 2013, que Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade, que habilita a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Araguaína na fase II do Programa Nacional de Triagem Neonatal:** O Gestor em Saúde e Técnico da DCAA, Sr. Carlos Alexandre Cunha, expôs que após análise da área técnica e da publicação das portarias do Ministério da Saúde os itens acima estavam aptos a serem aprovados. Walter Balestra/SMS de Palmas questionou sobre os serviços a serem oferecidos pela APAE de Araguaína referente à Fase II do Programa Nacional de Triagem Neonatal, A Sra. Karine da Diretoria de Atenção Especializada informa que os serviços e cuidados a serem executados são para portadores de anemia falciforme e paracemias. A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, colocou os itens em questionamento não havendo os mesmos foram aprovados por unanimidade. **ITEM 16- Homologar a Programação Anual das Ações em Vigilância Sanitária dos municípios de Araguanã, Colméia, Combinado, Guaraí, Barrolândia, Lagoa da Confusão, Nazaré, Sandolândia, Santa Rita do Tocantins e Wanderlândia para o ano de 2013 de acordo com o Art. 6º da Portaria GM/MS Nº. 1.106 de 12 de maio de 2010:** O Diretor de Vigilância Sanitária Sr. Ullannes Passos Rios informou que a área técnica analisou os planos os mesmos estavam aptos para aprovação e ainda solicitou apoio aos Secretários Municipais para que realmente

criem situações que permitam que os planos sejam cumpridos. Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, colocou os itens em questionamento não havendo os mesmos foram aprovados por unanimidade. **Inclusão de Pauta para Apresentação e Homologação: ITEM 18- Homologar as seguintes propostas da Diretoria de Atenção Primária: ITEM 18.1 Implantação da 42ª, 43ª e 44ª Equipes da Estratégia de Saúde Bucal, modalidade I, no município de Palmas – TO e implantação da 6ª Equipe de Saúde Bucal modalidade I em Tocantinópolis; ITEM 18.2- Implantação da 49ª, 50ª e 51ª Equipes da Estratégia de Saúde da Família no município de Palmas – TO; ITEM 18.3 - Implantação de 1 (uma) Equipe de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) I em Dianópolis e Paraíso, implantação de 1 (uma) Equipe de NASF II nos municípios de Araguaçu, Buriti e Palmeirópolis, e implantação de Equipes de NASF III nos municípios de: Aliança, Aguiarnópolis, Araganã, Bom Jesus do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Combinado, Esperantina, Itaporã, Nazaré, Nova Rosalândia, Novo Alegre, Palmeiras, Pequizeiro, Piraquê, São Salvador, Santa Rita, Santa Rosa e Santa Terezinha:** Não necessitando de apresentação Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, colocou os itens em questionamento não havendo os mesmos foram aprovados por unanimidade. **Pontos de Pauta para Informes: A - Informes da Secretaria Executiva da CIB:** O Secretário Executivo da CIB Sr. Carlos Alberto Zandoná informou e apresentou o que segue referente aos municípios: **a. Pium:** Ordem de Início de Serviço referente à Ampliação do Posto de Saúde Dr. João Felix Cunha, CNES 2658852, localizado na Rua Pernambuco, Lote 11, Quadra 10, Distrito do Café da Roça S/N Zona Rural; **b. Sandolândia:** Ordem de Início de Serviço referente à Construção da Academia da Saúde de Sandolândia na Avenida 2A s/n, Centro; **c Abreulândia:** Ordem de Início de Serviço referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) de Abreulândia, CNES 2554852, localizada na Avenida João Francisco de Abreu, S/N; **d. Sítio Novo:** Ordem de Início de Serviço referente à Ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) de Olho D'água do Coco de Sítio Novo do Tocantins, CNES 2370522, localizada na Rua Principal S/N, Povoado Olho D'água do Coco; **e. Dois Irmãos do Tocantins:** Ordem de Início de Serviço referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) de Dois Irmãos do Tocantins, CNES 5169917, localizada na Avenida Três Poderes S/N, Centro; **f. Muricilândia:** Ordem de Início de Serviço referente à Construção da Academia de Saúde de Muricilândia na Avenida Goiás S/N Centro; **g. Miracema do Tocantins:** Ordem de Início de Serviço referente à Construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Setor Universitário, localizada na Rua Salomão Thomas de Matos, Lote 01, Quadra 64, Setor Sussuapara; **h. Miranorte:** Ordem de Início de Serviço referente à Reforma do Posto de Saúde, localizado na Rua 10, Centro; **i. Palmeirante:** Ofício referente à Ampliação de Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Palmeirante; **j. Silvanópolis:** Ofício referente à Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Silvanópolis, e Ampliação da UBS Sabinas também no município de Silvanópolis; **k. Araguaína:** Ofício referente à Construção de 7 (sete) Unidades Básicas de Saúde (UBS): UBS

Novo Horizonte, UBS Vila Azul, UBS Araguaína Sul II, UBS Senador Benedito, UBS Santa Terezinha, UBS Coimbra e UBS Tereza Hilário Ribeiro. E Ampliação da UBS Ponte localizada no Bairro Ponte em Araguaína; **I. Araguaína:** Ofício referente à Adesão do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do município de Araguaína à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, conforme Portaria GM/MS Nº. 793, de 24 de abril de 2012; **m. Cristalândia:** Ofício referente ao início da reforma da UBS localizada na Rua Nonato Da Silva, 967 Centro, CNES nº 2486776; **n. Rio Sono:** Ofício referente à construção de UBS proposta 1156127000113007. **B - Alimentação do Sistema SARGSUS e SIOPS:** A Diretora de Planejamento do SUS Sra. Mísia Saldanha Figueiredo informou que os municípios que não alimentaram o SIOPS na totalidade de 39 (Trinta e nove), já não estão recebendo transferências voluntárias do Governo Federal, e ainda que o decreto Estadual nº 2.405, condiciona os municípios à alimentação do sistema e que estando atrasada também não recebem recursos Estaduais e ainda informou que o prazo para entrega do Relatório de Gestão que era para o mês de março, passou para o final do mês de junho. Sr. Sinvaldo dos Santos Moraes SMS de Monte do Carmo argumentou das dificuldades dos municípios em obterem as informações para alimentar os sistemas devido a troca de Gestores e de pessoal técnico. Sra. Mísia Saldanha Figueiredo orientou para que os municípios procurassem as informações no Tribunal de Contas do Estado e posteriormente procurassem informações com as áreas técnicas da SESAU, e que ainda oficializassem ao Ministério Público explanando o problema existente. **C. Curso de Conselheiros Fiocruz:** A Diretora Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde Sra. Linvalda Rodrigues Herriques de Araújo informa que o cronograma de monitoramento para a capacitação de Conselheiros municipais de saúde, iniciará em Porto Nacional em 25/05/2013, Palmas em 25/05/2013, Paraíso do Tocantins, Babaçulândia, Guaraí em 11/06/2013, Gurupi em 04/06/2013 e Dianópolis em 28/06/2013, e ainda agradeceu ao Conselho Estadual de Saúde pela liberação do carro para estas capacitações. **D. Reunião Extraordinária da CIR- Capim Dourado:** Maria de Lourdes Amaral SMS/Miracema do Tocantins e Representante da Região Capim Dourado; solicita uma reunião da CIR extraordinária ainda para o mês de junho em Miracema do Tocantins, principalmente para tratar da rede de Saúde Mental. Diante disso a Diretora de Planejamento do SUS Sra. Mísia Saldanha Figueiredo informou que estudaria uma data e comunicaria imediatamente. **E. Plenária do Conselho Estadual de Saúde:** Neirton, Presidente do Conselho Estadual de Saúde informa que será realizada nos dias 23 e 24 a plenária do Conselho Estadual de Saúde do Tocantins, com a presença da Sra. Socorro Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Sr. Wili que coordena o sistema nacional de informação e do Dr. Marco Antonio que é Promotor de Justiça no Estado do Paraná. Solicitou ainda o apoio do COSEMS para que interceda junto aos municípios, pois ainda faltam 57 (Cinquenta e sete) a se inscreverem para a plenária. A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva, informou que esteve com o Sr. Odorico Secretário Nacional de Relações Interfederativas e que o mesmo marcou

para o dia 12/06/2013 para estar no Tocantins para uma reunião com os Prefeitos e Secretários Municipais para tratar do COAPS. Reunião encerrada às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Presidente da CIB e pelos demais membros presentes nesta reunião.

- 636 Hernane Farias Monteiro/D. do Depto de Gestão do Fundo Estadual de Saúde: 
- 637 Linvalda R. H. Araújo/Diretora Geral da ETSUS: 
- 638 Ludimila A. M. Barros/Diretora de Gestão do Desempenho e Regulação do Trabalho: 
- 639 Mísia Saldanha Figueiredo/Diretora de Planejamento do SUS: 
- 640 Maria Nadir da Conceição Santos/Diretora de Atenção Primária: 
- 641 Morgana Martins dos Santos/Diretora do Depto de Atenção e Promoção à Saúde: 
- 642 Ullanes Passos Rios/ Diretora de Vigilância e Proteção à Saúde: 
- 643 Vanda Maria Gonçalves Paiva/Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB: 
- 644 Walter Balestra/SMS de Palmas e Representante da Capital: _____
- 645 Humberto Santana/SMS de Marianópolis e Repres. da R.S. Região Cantão: 
- 646 Maria da C. Marinho Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Repres. da R.S. Bico do Papagaio: 
- 647 Maria de Lourdes Amaral Dourado/SMS de Miracema e Repres. da R.S. Capim Dourado: 
- 648 Larissa Arantes Lopes/SMS de Guaraí e R.da Região Cerrado Tocantins: 
- 649 Raimundo de S. Moraes/SMS de Formoso do Araguaia e Repres. da R.S. Ilha do Bananal: 
- 650 Rui Araújo Azevedo/SMS de Paraíso do Tocantins: 
- 651 Jair Pereira Lima, Secretário Municipal de Saúde de Piraquê: 
- 652 Sinvaldo dos S. Moraes SMS de Monte do Carmo Repres. da Região de Saúde Amor Perfeito: 
- 653 Sirlene P. dos Santos Farias/SMS de Novo Alegre e Repres. da Região de Saúde Sudeste: 